



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 17

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 173

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão “GABARITO” com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”.

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do cartão GABARITO;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- c) Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- d) Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO; e
- e) Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

a) Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;

b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e

c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. A leitura ótica do cartão poderá restar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão “GABARITO”.

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonês, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, no CADERNO DE RESPOSTAS, bem como, no cartão “GABARITO”. Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 28 de agosto de 2016.

Boa Prova



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

**N
Ã
O**

**U
T
I
L
I
Z
A
R**

**E
S
T
E**

**E
S
P
A
Ç
O**



XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Assinale a opção INCORRETA:

A) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

B) O Código Penal estabelece que se considera praticado o crime tanto no momento da ação ou omissão, quanto no momento do resultado.

C) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade.

D) É possível a aplicação da lei brasileira a crimes praticados no exterior.

2. Acerca da teoria do crime, assinale a opção CORRETA:

A) O Código Penal adotou a teoria causal ou naturalista.

B) Na coação moral irresistível não existe conduta.

C) Para a teoria da equivalência dos antecedentes, qualquer contribuição para o resultado é considerada causa.

D) Qualquer pessoa que poderia evitar um resultado criminoso e voluntariamente não o faz, responde por delito omissivo impróprio.

3. Acerca da imputabilidade, identifique a opção INCORRETA:

A) A embriaguez voluntária exclui o delito pela teoria *actio libera in causa*.

B) Em relação aos doentes mentais o Código Penal adotou o critério biopsicológico e em relação aos menores o critério biológico.

C) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável isenta de pena e se evitável a diminui.

D) A exigibilidade de conduta diversa pode ser excluída pela coação moral irresistível e a obediência hierárquica a ordem não manifestamente ilegal.

4. Sobre as penas é CORRETO afirmar que:

A) O regime semiaberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, que poderá permanecer fora do estabelecimento prisional e sem vigilância para trabalho ou curso durante o dia, e à noite deverá recolher-se à prisão albergue.

B) O condenado a pena superior a 4 anos e que não exceda 8 deverá iniciar seu cumprimento em regime fechado.

C) O cômputo na pena privativa de liberdade do tempo da prisão provisória é chamado detração, e se aplica a qualquer regime inicial de cumprimento de pena.

D) No concurso formal, o agente, mediante duas ou mais ações ou omissões, comete dois ou mais crimes, idênticos ou não.

5. Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a opção CORRETA:

A) Se Caio é injustamente provocado por Tício, e sob o domínio de violenta emoção, planeja matá-lo, executando o crime uma semana depois, pode alegar homicídio privilegiado, causa de diminuição de pena.

B) O furto de coisa insignificante é crime de bagatela e causa de exclusão de tipicidade, para o Supremo Tribunal Federal.

C) Todo homicídio praticado contra mulher é chamado pela doutrina de feminicídio.

D) Para haver o crime de latrocínio é preciso que haja a consumação do homicídio e da subtração.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

6. Indique a opção INCORRETA:

- A) O crime de tráfico de drogas é delito de ação múltipla, com algumas condutas instantâneas e outras permanentes.
- B) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito é delito de perigo abstrato.
- C) No caso dos crimes hediondos, a progressão de regime ocorrerá após o cumprimento de 2/5 da pena se o condenado for primário e 3/5 se reincidente.
- D) Para o Código de Trânsito, trafegar com excesso de velocidade próximo a escola é infração administrativa, mas fato atípico.**

DIREITO CIVIL

7. Com base nas disposições do Código Civil, assinale a opção CORRETA a respeito da capacidade civil.

- A) Os pródigos, outrora considerados relativamente incapazes, não possuem restrições à capacidade civil, de acordo com a atual redação do código em questão.
- B) O indivíduo que não consegue exprimir sua vontade é considerado absolutamente incapaz.
- C) Indivíduos que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são considerados absolutamente incapazes.
- D) Somente os menores de dezesseis anos de idade são considerados absolutamente incapazes pela lei civil.**

8. Quanto ao domicílio e residência, assinale a opção INCORRETA:

- A) Residência é o lugar em que a pessoa se fixa, ainda que temporariamente. Possui elemento objetivo: lugar em que a pessoa se fixa.
- B) O direito brasileiro veda em qualquer espécie a pluralidade de domicílios, o legislador pátrio priorizou a segurança jurídica nas relações, determinando domicílio único.**
- C) Domicílio é o lugar em que a pessoa se fixa com vontade de permanecer em definitivo. A definição conduz a dois elementos, um objetivo: lugar que a pessoa se fixa. Outro subjetivo, denomina-se *animus manendi*, ou vontade de permanecer.
- D) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

9. Assinale a opção CORRETA:

- A) A incapacidade absoluta de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveitada aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.**
- C) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, se dela o destinatário tinha conhecimento.
- D) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se extensivamente.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

10. Assinale a resposta INCORRETA. São anuláveis os negócios jurídicos:

- A) Quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- B) De transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- C) Por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.
- D) Quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.**

11. De acordo com o Código Civil, sobre prescrição é CORRETO dizer que:

- A) A exceção não prescreve no mesmo prazo da pretensão.
- B) Pendendo condição suspensiva, corre a prescrição.
- C) A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- D) Não corre a prescrição pendendo ação de evicção.**

12. Sobre o Direito de Família e das Sucessões, marque a opção INCORRETA:

- A) São susceptíveis de cessão, por meio de escritura pública o direito à sucessão aberta e o quinhão do herdeiro.
- B) São irrevogáveis os atos de aceitação ou de renúncia da herança.
- C) A pensão alimentícia incide sobre a gratificação natalina e a gratificação de férias.
- D) O casamento é nulo quando contraído por enfermo mental sem o necessário discernimento para a vida civil.**

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. A possibilidade de revisão, por via de recurso, das causas já julgadas pelo juiz de primeiro grau, diz respeito ao:

- A) Princípio da legalidade.
- B) Princípio do duplo grau de jurisdição.**
- C) Princípio do juiz natural.
- D) Princípio ampla defesa.

14. Marque a opção INCORRETA:

- A) A competência será, de regra, determinada pelo local em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- B) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência será determinada pela prevenção.**
- C) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.
- D) A competência será determinada pela conexão quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

15. Sobre o inquérito policial, é CORRETO afirmar:

- A) Nos crimes de ação pública, a autoridade policial só poderá instaurar o inquérito após autorização da vítima.
- B) O prazo para encerramento do inquérito policial se o indiciado tiver sido preso em flagrante é de 20 dias.
- C) A autoridade policial pode mandar arquivar os autos de inquérito se verificar que não ocorreu crime.
- D) A autoridade policial assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.**

16. Considere as seguintes assertivas:

- I- Qualquer pessoa do povo pode prender quem estiver em flagrante delito.
- II- A fiança será concedida exclusivamente pelo juiz da causa.
- III- A legislação pátria já permite a monitoração eletrônica como medida cautelar.
- IV- A prisão preventiva só pode ser decretada depois que a denúncia for recebida e se instaurar o devido processo criminal.

Estão CORRETOS:

- A) Somente os itens I, II e III.
- B) Somente os itens II, III e IV.
- C) Somente os itens I e III.**
- D) Todos os itens.

17. De acordo com a Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), o Ministério Público pode propor ao autor do fato a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa. Trata-se do instituto jurídico:

- A) Da transação penal.**
- B) Da composição dos danos civis.
- C) Da suspensão condicional do processo.
- D) Da conciliação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Acerca do princípio da identidade física do juiz no processo civil, marque a opção CORRETA:

- A) É causa de nulidade absoluta sua violação.
- B) Com a reforma de 2015 do Código de Processo Civil não existe mais tal princípio.
- C) Em razão deste princípio, prorroga-se a competência do juiz substituto que presidiu audiência de instrução e julgamento e não pôde julgar a causa na ocasião, mesmo que tenha encerrado o lapso temporal de sua designação.
- D) A violação ao mencionado princípio é causa de nulidade relativa, porém deve ser comprovada a existência de prejuízo para sua decretação.**



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

19. Em relação a atuação do Ministério Público no processo civil, é CORRETO afirmar:

- A) Pode atuar ao mesmo tempo como parte e fiscal da ordem jurídica no mesmo processo.
- B) É vedado alegar a incompetência relativa nas causas em que atuar.
- C) A sua manifestação, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, ocorre após as partes.**
- D) A falta de intervenção do Ministério Público no processo civil, quando exigível legalmente, é causa de nulidade relativa.

20. Em relação as despesas previstas para a prática de atos processuais, marque a opção CORRETA:

- A) Quando requeridas pela Fazenda Pública, Ministério Público ou Defensoria Pública só serão pagas ao final pelo vencido.**
- B) É isento do pagamento a Fazenda Pública, o Ministério Público ou a Defensoria Pública.
- C) É uma incumbência facultativa das partes e mesmo da Fazenda Pública, Ministério Público e Defensoria Pública.
- D) O pagamento só é devido se houver condenação.

21. Marque a opção CORRETA:

- A) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.**
- B) O Ministério Público só intervém no processo civil quando a lei determinar.
- C) É vedado no processo civil o uso de prova ilícita, exceto se não houver outro meio.
- D) A citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo.

22. Acerca da revelia no Processo Civil considere as assertivas.

- I- Ocorre quando o réu não contesta a ação.
- II- A consequência da revelia é a presunção de serem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
- III- A revelia, para a produção de seus efeitos, exige decretação judicial.
- IV- A revelia só pode ser decretada por provocação da parte autora e/ou do Ministério Público.

Marque a opção CORRETA:

- A) Os itens I e II estão corretos.
- B) Os itens III e IV estão corretos.
- C) Os itens I, II e III estão corretos.**
- D) Os itens II, III e IV estão corretos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Assinale a opção CORRETA com referência ao conceito e à classificação das Constituições.

- A) Para a teoria da força normativa da constituição - desenvolvida, principalmente, pelo jurista alemão Konrad Hesse, a constituição tem força ativa para alterar a realidade, sendo relevante a reflexão dos valores essenciais da comunidade política submetida.**



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

B) De acordo com a classificação quanto à extensão, no Brasil, a Constituição de 1988 é sintética, pois constitucionaliza aspectos além do núcleo duro das constituições, estabelecendo matérias que poderiam ser tratadas mediante legislação infraconstitucional

C) As constituições denominadas rígidas são aquelas que não admitem alteração e que, por isso mesmo, são consideradas permanentes.

D) A distinção entre constituição em sentido material e constituição em sentido formal perdeu relevância considerando-se as modificações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 45/2004, denominada de “Reforma do Poder Judiciário”.

24. Em atenção aos direitos e garantias fundamentais da Constituição brasileira, assinale a opção CORRETA:

A) A entrada em domicílio, sem o consentimento do morador, é permitida durante o dia e a noite, desde que haja autorização judicial.

B) Os direitos fundamentais não podem sofrer restrições de qualquer natureza.

C) O gozo da titularidade de direitos fundamentais pelos brasileiros depende da efetiva residência em território nacional.

D) Há direitos fundamentais cuja titularidade é reservada aos estrangeiros.

25. Considerando o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, assinale a opção CORRETA:

A) A Ação Direta de Inconstitucionalidade é cabível para questionar exclusivamente a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal perante o Supremo Tribunal Federal, tendo como parâmetro de constitucionalidade a Constituição Federal.

B) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

C) O efeito vinculante atribuído às decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal abrange os demais órgãos do Poder Judiciário, o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

D) A propositura de ação direta de inconstitucionalidade pelos Governadores e Assembleias Legislativas junto ao STF dispensa a denominada pertinência temática.

26. Tendo em vista a aplicabilidade das normas constitucionais, considere o que segue:

I – É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

II – São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Tais preceitos são considerados, respectivamente, normas constitucionais de:

A) Eficácia redutível ou restringível; e de princípio programático.

B) Eficácia limitada; e de princípio programático.

C) Eficácia redutível ou restringível; e de eficácia absoluta.

D) Eficácia limitada; e de princípio institutivo.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

27. Quanto ao processo legislativo assinale a opção CORRETA:

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.**
- C) O processo legislativo não compreende a elaboração de leis delegadas e resoluções.
- D) A Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Sobre a Administração Pública, assinale a opção INCORRETA:

- A) Por conta da tripartição quanto às respectivas funções exclusivas que desempenham, dever-se-á admitir, excepcionalmente, apenas a intervenção do Poder Judiciário em outras esferas, sob pena de quebra do princípio da independência dos poderes.**
- B) O princípio dos “freios e contrapesos” representa uma mitigação ao princípio da independência dos poderes.
- C) O Estado brasileiro, pessoa jurídica territorial soberana, organizada e obediente às suas próprias leis, na consecução dos seus fins que lhe são próprios, traça suas diretrizes políticas através do Governo, dispondo para a consecução destas, de forma concreta, a Administração Pública.
- D) A desconcentração e a descentralização administrativa representam fórmulas organizacionais, posto que disciplinam o modo como vão ser divididas as tarefas da Administração e o tipo de vínculo existente entre os diversos setores que as realizam.

29. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a opção INCORRETA:

- A) A publicidade do ato administrativo visa primordialmente dar validade ao ato praticado e conhecimento ao titular do poder quanto à gestão dos seus interesses pela Administração, excetuadas as hipóteses em que deverá ser guardado o sigilo.
- B) Pelo princípio da impessoalidade, tem-se que é vedado ao Poder Público agir com subjetivismos, favoritismos, enfim, com nenhuma forma de discriminação, de qualquer espécie, sob qualquer circunstância.**
- C) O princípio da prevalência do interesse público sobre o particular, característica essencial do regime jurídico-administrativo brasileiro, está presente na prática dos atos administrativos.
- D) O conceito de moralidade administrativa tem sentido menos amplo do que a probidade administrativa, pois esta alcança não só os atos imorais ou desonestos, mas também os ilegais.

30. Segundo a doutrina majoritária, são requisitos, elementos, condições ou pressupostos de validade dos atos administrativos, SALVO:

- A) Competência.
- B) Forma.
- C) Motivo.
- D) Presunção de legitimidade.**



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

31. Sobre as formas de extinção dos atos administrativos, assinale a opção INCORRETA:

- A) A revogação enfrenta a conveniência e oportunidade do ato.
- B) A revogação, de regra, não tem efeito retroativo.
- C) A anulação só poderá ser realizada pelo Poder Judiciário.**
- D) A anulação prescinde de provocação da parte interessada.

32. São formas de exercício do controle interno da Administração Pública, EXCETO:

- A) Readequação.**
- B) Recurso Hierárquico.
- C) Reclamação Administrativa.
- D) Reconsideração.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90):

- A) Considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade.
- B) Não disciplina a adoção internacional.
- C) Proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.**
- D) Proíbe a venda de bebidas alcoólicas a adolescentes, salvo se estiverem acompanhados de um responsável.

34. NÃO constitui ato de improbidade:

- A) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- B) Frustrar a licitude de concurso público.
- C) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- D) Dar a devida publicidade aos atos oficiais.**

35. Marque a opção INCORRETA:

- A) É direito do consumidor a divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços.
- B) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, após provada a culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.**
- C) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- D) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

36. Sobre o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), considere os seguintes itens:

I - O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

II - Será garantido ao idoso o descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer.

III - É assegurado ao idoso o atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

IV - O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 70 anos.

Estão CORRETOS:

A) Somente os itens I, II e III.

B) Somente os itens II e IV.

C) Somente o item I.

D) Todos os itens.

37. Quanto à responsabilidade civil do poluidor, prevista na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), é CORRETO afirmar:

A) É subjetiva, necessitando de prova da culpa.

B) A empresa poluidora só tem o dever de indenizar se a atividade por ela desenvolvida for comprovadamente ilícita.

C) O ressarcimento dos danos afasta a responsabilização criminal do poluidor.

D) Além de reparar os danos causados ao meio ambiente, o poluidor também terá que indenizar o terceiro afetado por sua atividade danosa.

38. O DECRETO nº 3.298/99 regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. A respeito do tema “inclusão”, marque a alternativa INCORRETA:

A) As pessoas com deficiência devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados.

B) Às pessoas com deficiência é garantido o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

C) É objetivo da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência a formação de recursos humanos para atendimento da pessoa com deficiência.

D) A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas, sendo que a educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se a partir de 5 anos de idade.



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Sobre os estagiários do Ministério Público, assinale a opção INCORRETA:

- A) São considerados Órgãos auxiliares.
- B) Compete ao Procurador-Geral de Justiça designar e dispensar estagiários.
- C) O estagiário que exercer as suas funções por no mínimo 01 (um) ano, com aproveitamento satisfatório, receberá certificado válido como título no concurso para ingresso na carreira do Ministério Público.
- D) É permitido ao estagiário afastar-se do serviço, nos dias de seus exames, ficando, todavia, obrigado a compensar sua ausência para a prestação dos respectivos exames.

40. Sobre as atribuições e deveres do estagiário do Ministério Público expressamente previstas na Lei Complementar Estadual n. 003/94, assinale a opção INCORRETA:

- A) Auxiliar o membro do Ministério Público junto ao qual servir, acompanhando-o em todos os atos e termos judiciais e administrativos.
- B) Auxiliar o membro do Ministério Público no exame de autos e papéis, realização de pesquisas, organização de notas e fichários e controle do recebimento e devolução de autos, dando-lhe ciência das irregularidades que observar.
- C) Estar presente às sessões do Júri, ao lado dos Promotores de Justiça, auxiliando-os no que for necessário.
- D) Permanecer no Fórum durante o horário que lhe for fixado.



XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 10 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

Explique a diferença entre a desistência voluntária, o arrependimento eficaz e o arrependimento posterior.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

No que consiste a responsabilidade civil objetiva no direito civil brasileiro?

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

No que consiste a eficácia horizontal dos direitos fundamentais?

R
A
S
C
U
N
H
O



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**XII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

TEMA: CORRUPÇÃO NO BRASIL

Fale sobre a corrupção no Brasil, abordando como e porque ela ocorre, suas consequências para a vida dos cidadãos e soluções para combatê-la.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O